



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 3ª REGIÃO
Secretaria de Gestão Estratégica
Seção de Planejamento e Estatística

ATA DE REUNIÃO DE ANÁLISE DA ESTRATÉGIA – GRUPO ESTRATÉGICO

Informações Gerais

Data: 31 de julho de 2020

Horário: 14:00h às 18:00h

Local: Plataforma virtual Cisco Webex Meetings (<https://cnj.webex.com/cnj-pt/j.php?MTID=m32139932c5674a8ac493d63242a6d2a3>)

Pauta

Acompanhamento do ciclo da Estratégia 2021-2026

- Poder Judiciário
- Justiça do Trabalho
- TRT-MG

Acompanhamento do ciclo da Estratégia 2015-2020

- Metas e indicadores nacionais
- Análise estatística
- Novas metas e indicadores nacionais – 2020 (acompanhamento)
- Indicadores do Plano Estratégico TRT-MG
- Projeto Execução Paradigma
- Portfólio de projetos estratégicos

Deliberações da reunião anterior

Considerações finais

DELIBERAÇÕES

Acompanhamento do ciclo da Estratégia 2021-2026: O Secretário de Gestão Estratégica, Bruno Pereira Boaventura Torrozo, abriu a reunião apresentando aos presentes as fases de construção das estratégias do Poder Judiciário, da Justiça do Trabalho e do TRT-MG. As informações compartilhadas encontram-se na apresentação anexa. Não houve deliberação em torno do tema.

Acompanhamento do ciclo da Estratégia 2015-2020: O Secretário da Gestão Estratégica explicou que a 1ª RAE de 2020 englobou todos os resultados do ano de 2019 e que a presente reunião apresenta os resultados do 1º quadrimestre de 2020. Iniciou o tópico com as explicações básicas sobre as metas nacionais, bem como o processo de apuração e resultados. Em seguida foram apresentados os resultados parciais de cada meta, conforme apresentação anexa. Ponderou-se e/ou deliberou-se:



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 3ª REGIÃO
Secretaria de Gestão Estratégica
Seção de Planejamento e Estatística

ATA DE REUNIÃO DE ANÁLISE DA ESTRATÉGIA – GRUPO ESTRATÉGICO

Em relação à Meta 1 do CNJ = Meta 6 CSJT – julgar mais processos do que os distribuídos no ano corrente (foi atingido 88,22% de cumprimento da meta), o Secretário de Gestão Estratégica destacou que este é um ponto de atenção devido ao cenário da pandemia, considerando que há expectativa de represamento de demandas com os jurisdicionados, mas que tal situação ainda é desconhecida, não sendo possível afirmar se conseguiremos cumprir esta meta neste ano. A Corregedora, Exma. Desembargadora Ana Maria Amorim Rebouças, ponderou que esta é uma meta que poderá não ser atingida pelo TRTs como um todo. Disse que, apesar de estarmos finalizando mais processos na fase de execução, na fase de conhecimento poucas VTs conseguirão resultados próximos aos estabelecidos como meta. A Exma. Desembargadora Maristela Íris da Silva Malheiros, Vice-Corregedora e Gestora Regional de Metas Nacionais, relatou que, após a reunião com os membros do Subcomitê Gestor da Estratégia dos TRTs de Grande Porte, ficou claro que o problema para atingimento da meta é geral e que se espera do CNJ a flexibilização da meta. A Dr^a. Luciana Alves Viotti, Diretora do Foro de Belo Horizonte, ponderou que mesmo após o retorno aos trabalhos, previsto para setembro, as audiências não voltarão a acontecer da mesma forma e a meta não estará condizente com o cenário atual.

Em relação a Meta 2 do CNJ = Meta 7 do CSJT – identificar e julgar 92% processos mais antigos, distribuídos até dezembro de 2018 nos 1º e 2º graus (foi atingido 95,79% de cumprimento da meta), a Dr^a. Luciana Alves Viotti ponderou que dos processos considerados, muitos são processos físicos, o que causa mais impacto no atingimento da meta, visto o atual cenário de suspensão dos prazos para tais processos. Foi esclarecido pela SEGE e pela Secretaria de Apoio Judiciário: 1- os processos sobrestados não entram no cálculo para 1º e 2º graus; 2- para o 2º grau, não entram os processos em fase de execução, somente em fase de conhecimento; 3- A distribuição no 2º grau se dá a partir da distribuição no gabinete do desembargador. A Secretária de Apoio Judiciário, Denise Maria Reis Grego, ponderou que com a reforma trabalhista tivemos uma queda grande de demanda no 1º grau, porém as pautas estavam muito atrasadas e as VTs puderam ter mais tempo para equalizar o atraso. Dessa forma, o movimento no 1º grau manteve-se, apesar da demanda ter caído. Já no 2º Grau, a demanda aumentou.

Em relação à Meta 6 do CNJ = Meta 8 do CSJT – identificar e julgar 98% das ações coletivas distribuídas até dez/2017 no 1º grau e até dez/2018 no 2º grau (foi atingido 100,18% de cumprimento da meta no 1º grau e 105,26 no 2º grau), a Vice-Corregedora, Exma. Dr^a. Maristela Íris da Silva Malheiros, informou que a Corregedoria está atuando fortemente junto às varas, recomendando a antecipação de processos prioritários e cobrando dos juízes e, sendo assim, se não for cumprida a meta neste ano, será devido ao impacto da pandemia.

Em relação à Meta 4 do CSJT – reduzir em 2%, no ano de 2020, o prazo médio de duração do processo no 2º grau, em relação ao ano base 2018, foi atingido 104 dias de prazo médio, sendo a meta, com Cláusula de Barreira, de 138 dias. Não houve ponderação e/ou deliberação.

Em relação à Meta 5 do CSJT – reduzir em 4%, no ano de 2020, o prazo médio de duração do processo no 1º grau (Fase de Conhecimento), em relação ao ano base 2018, foi atingido 201 dias de prazo médio, sendo a meta, com Cláusula de Barreira, de 254 dias.

Para as metas 4 e 5, a Corregedora pontuou que, com a Pandemia, o desempenho poderá ser impactado. A Diretora Judiciária, Telma Lúcia Bretz Pereira, ponderou que os processos antigos também impactam no prazo médio, quanto mais processos antigos são julgados (o que é bom para o Tribunal), pior fica o nosso prazo médio e, considerando que os processos físicos estão com



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 3ª REGIÃO
Secretaria de Gestão Estratégica
Seção de Planejamento e Estatística

ATA DE REUNIÃO DE ANÁLISE DA ESTRATÉGIA – GRUPO ESTRATÉGICO

prazos suspensos, podemos ter um resultado ilusório no período. A Secretária de Apoio Judiciário, Denise Maria Reis Grego, ressaltou que este indicador, em análise isolada, não reflete com fidedignidade o cenário vivido. Por outro lado, o Secretário de Gestão Estratégica explicou que o CSJT tenta complementar, no âmbito da justiça trabalhista, o que o CNJ visualiza para toda a Justiça. Há a preocupação com o acervo, mas por outro lado um prazo médio elevado é ruim. Cabe, então, a cada tribunal, definir a sua prioridade nas ações. O Secretário da Corregedoria e Vice-Corregedoria, Mozart Secundino de Oliveira Junior, ponderou que a Meta 5 vincula-se muito à disponibilidade de pauta e, no momento, não estão sendo realizadas tantas instruções, o que leva a impacto no desempenho. A Vice-Corregedora afirmou que a Meta 5 é considerada muito importante para a Corregedoria, porque revela o tempo que a parte fica no aguardo da sentença. Informou que das VTs de BH, pouquíssimas cumpriram esta meta no ano passado, devido ao prazo alongado da pauta. Fez referência, ainda, ao caso de processos sobrestados que já deveriam ter sido julgados e afirmou que o NUGEP está ajudando a Corregedoria no levantamento, para uma atuação efetiva no momento da correição. A Corregedora ressaltou que a meta será muito impactada, também, quando houver julgamento do tema 1046 pelo STF, considerando a quantidade de processos sobrestados antigos com este tema. Foi esclarecido pela SEGE que: 1- conforme glossário do CSJT, no cálculo do prazo médio da 2ª instância estão incluídas as ações originárias e os recursos ordinários; 2- VT com pouco acervo tende a apresentar o prazo médio reduzido; 3- boas práticas existem na 3ª Região. É o caso da VT de Ubá, que monitora e controla os processos em sobrestamento a fim de que os julgamentos aconteçam de forma prioritária, quando liberados.

Ainda, em relação a Meta 5 do CSJT, Victor Albin (SEGE) ressaltou os benefícios do uso da mediana no cálculo da Meta, uma vez que a média sofre influência de dados extremos. Explicou que esta proposta de uso da mediana não foi aceita pelo CNJ.

Em relação à Meta 5 do CNJ = Meta 11 do CSJT – baixar quantidade maior de processos em execução do que o total de casos novos de execução no ano corrente (foi atingido 98,64 % de cumprimento), não houve ponderação e/ou deliberação.

Em relação à Meta 3 do CNJ = Meta 9 do CSJT – manter o percentual do biênio 2017/2018 do Índice de Conciliação na fase de conhecimento 2018 (foi atingido 101% de cumprimento em relação ao índice da Cláusula de Barreira), foi colocado que, apesar de haver discussões e discordância dos TRTs quanto a impor meta para conciliação, o CNJ é inflexível em relação a alterações nos termos da meta.

Em relação à Meta 7 do CNJ = Meta 10 do CSJT – identificar e reduzir em 2% o acervo dos dez maiores litigantes, em relação ao ano anterior, foi atingido 103,4% de cumprimento. Não houve ponderação e/ou deliberação

Em relação a Meta 2 do CSJT, atingir nível de 87,13% do Índice de Execução do Orçamento Disponibilizado (foi atingido 62,52% de cumprimento da meta), a Diretora de Orçamento e Finanças, Marília Alves, ressaltou que já é certo o não cumprimento desta meta para este ano, em razão da pandemia, já que o custo operacional vinculado ao uso das dependências do TRT não está sendo realizado. As despesas caíram e os recursos para contratações que não se consolidaram no primeiro semestre já foram liberados. Registrou ainda, que no cenário atual o Tribunal tem disponível em torno de 20% de parte do seu orçamento discricionário (em apreciação de Causas) e a orientação do Presidente é de que, no caso dos recursos para os quais



ATA DE REUNIÃO DE ANÁLISE DA ESTRATÉGIA – GRUPO ESTRATÉGICO

já se tenha a certeza da não utilização, faça-se a devolução dos créditos ao CSJT, de modo que permita ao órgão superior fazer as transformações cabíveis. Citou o recurso que foi acrescido pelo CSJT no orçamento dos Tribunais de Grande Porte, (R\$ 17 milhões), que entra na apuração do percentual, mas não pode ser utilizado até liberação do CSJT. Ressaltou que não há que se esperar um cumprimento desta meta frente ao cenário atual. O Secretário de Gestão Estratégica ponderou que esta não é uma meta que impacta no Prêmio CNJ de Qualidade e o CSJT está ciente da impossibilidade de atingimento por todos os TRTs. A Corregedora expôs seu receio em relação a perdermos parte do orçamento por não conseguirmos executá-lo. A Diretora da DOF apresentou planilha demonstrativa de que todos os TRTs estão com percentuais similares de execução de despesas discricionárias.

Neste ponto, a Corregedora citou o pedido do SINGESPA, ao Presidente, para que as VTs utilizassem notificações postais com Aviso de Recebimento (AR), considerando momento de isolamento social e a carência de Oficiais de Justiça. Relatou que o Diretor de Administração emitiu parecer negativo quanto ao pedido, por outro lado a Corregedoria foi favorável, mas houve indeferimento pelo Presidente do TRT-MG. **A Corregedora solicitou, então, à Diretora-Geral Sandra Pimentel, que atue na revisão desta condição junto ao Presidente. Esclareceu que uma citação não comprovada pode impedir o encerramento do processo. Houve concordância geral que este impedimento de notificações com AR impacta diretamente o atingimento de metas e que deve ser elaborado um plano de ação, para submissão ao Presidente.** A Diretora da DOF reforçou que no Art. 62 da LDO foi incluída a responsabilização por inexecução e, a partir do ano que vem, todos os tribunais terão que prestar contas da inexecução do orçamento. A Diretora-Geral declarou que, diante dos argumentos e fatos incontestáveis, de que a falta de AR afeta a prestação jurisdicional e o alcance das metas, ela entende que há muitas chances de que o Presidente mude de ideia, e irá se empenhar nesta tarefa. Foi colocado pela DOF que o gasto com o contrato dos Correios aumentou nos últimos meses e a justificativa é o gasto com AR, apesar de ter sido indeferida esta despesa. Foi explicado pelo Secretário Mozart Secundino de Oliveira Junior, que a primeira notificação é por carta simples, mas na necessidade de uma segunda notificação com AR, a DADM pode ser comunicada e o pedido pode ser deferido.

Novas metas e indicadores nacionais – 2020: O Secretário de Gestão Estratégica reportou o andamento dos planos de ação das metas 10 e 11, e após passou palavra às senhoras Keila Andrade Alves Rubiano e Denise Maria Reis Grego, que fizeram o reporte das ações relacionadas à meta 9. Não houve ponderação e/ou deliberação.

Indicadores do Plano Estratégico TRT-MG: O Secretário da Gestão Estratégica apresentou brevemente o desempenho dos indicadores estratégicos do Tribunal, ressaltando a aprovação pelo Pleno da exclusão de dois indicadores da área administrativa, o índice de satisfação do público externo e o IA-QVT. Ainda, informou sobre o andamento da proposta de alteração do cálculo do índice de execução do plano de aquisições, que está para manifestação dos membros da Comissão de Gestão Estratégica.

Neste ponto, a Diretora da Gestão de Pessoas, Flávia Dantes, citou algumas iniciativas da área: capacitação em EAD de Qualidade de Vida no Trabalho, Projeto de Banco de Talentos (em andamento e com inscrições abertas). Foi registrada pela Vice-Corregedora a importância dos trabalhos, do Projeto Banco de Talentos, com foco nos postos de assistente de juiz e de secretário de audiência. Por solicitação da Vice-Corregedora, **o número de inscritos no Banco de Talentos será encaminhado à Vice-Corregedoria pela Diretoria de Gestão de Pessoas e, ao final das**



etapas, o nome das pessoas selecionadas e os respectivos postos de trabalho.

Indicadores com baixo desempenho:

Quanto ao indicador 34A - percentual de servidores gestores capacitados em competências gerenciais **foi registrado encaminhamento para que a Escola Judicial, no prazo de dez dias, encaminhe ao Grupo Estratégico, por meio da SEGE, manifestação quanto às possibilidades de atingimento da meta em 2020.**

Quanto ao indicar 30 – percentual de cargos de Juiz Substituto vagos, o Secretário da Gestão Estratégica ressaltou a impossibilidade de cumprimento da meta deste indicador diante do cenário atual de restrição às novas nomeações, situação já esclarecida em oportunidades anteriores pela SEGP.

Portfólio de projetos estratégicos: O chefe do Escritório de Projetos, Riscos e Governança, Igor Jones, informou que a carteira de projetos está atualmente com 60% dos projetos encerrados, percentual condizente com a proximidade do encerramento do ciclo 2015-2020 da estratégia institucional. Até o fim do ano o objetivo é encerrar a maioria dos projetos e uma nova carteira será aberta em 2021, mais enxuta e efetiva. O Secretário da SEGE, Bruno Pereira Boaventura Torrozo, informou que poucos projetos serão migrados para o novo portfólio. Explicou que: 1- há projetos constando na carteira hoje que foram autorizados pelo Tribunal Pleno, mas já perderam o objetivo sem terem sido executados; 2- há programas que serão mantidos (Governança, Implantação do Plano de Gestão de Pessoas); 3- há projetos em fase de aprovação que também farão parte da carteira 2021-2026 (Execução Paradigma, dois projetos da DADM - Energia Positiva e Otimização do uso e da ocupação dos espaços em imóveis). Foi dado destaque para a contratação de solução de Gestão de Portfólios, Programas e Projetos – PPM, que vem impactando negativamente a conclusão dos programas PROG15009 e PROG15006. Além disso, a morosidade da contratação impacta também o percentual de execução orçamentária, já que fez parte do PAA do ano de 2019 e agora do de 2020. O processo está na SELC para a publicação do edital e espera-se que a contratação aconteça até o fim do ano. Foi dado destaque, ainda, para o PROJ15016 - Implantação do Sistema de Material e Patrimônio, que se encontra suspenso. Para sua devida realocação na carteira, a iniciativa aguarda o encaminhamento, pela DADM, de uma Solicitação de Projeto Estratégico - SPE do Programa “Otimização administrativa com Foco em sistemas informatizados”. Outro destaque foi dado ao PROJ18038, que não se iniciou porque depende da implantação do PROAD. Quanto ao projeto “Orçamento POP”, foi considerado em fase de encerramento, após atualizações junto à DOF. O Diretor de TIC esclareceu a todos que o sistema de inventário patrimonial estaria mais evoluído que o sistema apresentado nacionalmente e que, por isso, a Juliana (SELC) foi indicada para fazer parte do grupo de avaliação do sistema de material e patrimônio indicado como nacional, a fim de colocar o que o sistema do TRT-MG tem e eventuais inadequações que o sistema apresentado nacionalmente possa ter, propondo melhorias e, então, incorporar nosso sistema ao sistema nacional, se for o caso. De 2013 até hoje, o sistema SMP, provável sistema nacional, já foi bastante melhorado e já está em uso em mais de 13 TRTs. A Diretora de Orçamento e Finanças fez questionamentos quanto à destinação do Projeto SIGEO mediante a criação do Programa “Otimização administrativa com foco em sistemas informatizados”. Gilberto – DTIC - explicou que, no caso do SIGEO, o TRT-MG tinha um projeto de desenvolvimento, que foi acoplado a um projeto de desenvolvimento nacional; fez considerações favoráveis ao encerramento do SIGEO no TRT-MG; sugeriu a criação de um projeto do AJ-JT (que é visto como uma “perna” do SIGEO) incorporado ao Programa



ATA DE REUNIÃO DE ANÁLISE DA ESTRATÉGIA – GRUPO ESTRATÉGICO

“Otimização administrativa com foco em sistemas informatizados”, caso ele seja criado. Já os sistemas de Material de Patrimônio, PROAD e Licitações, são projetos de implantação que têm início e fim, cabíveis de serem incorporados ao Programa em questão. O Secretário de Gestão Estratégica achou válida a sugestão da DTIC, mas acha que se tiver entregas do SIGEO relacionadas ao TRT-MG, é válido incorporá-lo ao Programa “Otimização administrativa com foco em sistemas informatizados”, e ressaltou a importância de uma discussão mais aprofundada para definir se cabe encerrá-lo ou mantê-lo no nosso Portfólio.

Em continuidade, foi dado destaque positivo ao PROG15010 – Programa de Implantação do Plano de Gestão de Pessoas/Projeto Banco de Talentos, ressaltando a abertura de inscrições para três postos de trabalho em varas e outros três em gabinetes, com previsão de disponibilidade para outros postos de trabalho em breve. O Secretário de Desenvolvimento de Pessoas, Salomão Pimenta, prestou os seguintes esclarecimentos: 1- atualmente são 19 inscritos no Banco de Talentos, sendo a maioria interessados em postos de assistente de juiz, seguido por servidores que realizam minuta de despacho e nove inscrições para assistentes de desembargadores; 2- A última entrega do projeto estratégico do Banco de Talentos significa uma revisão da metodologia, um aperfeiçoamento para entrega e conclusão do projeto; 3- no início do projeto piloto com os postos de assistente de juiz e assistente de desembargador, foi observada pouca adesão e partiu-se para expansão de novos postos de trabalho; 4- o Banco de Talentos permanecerá com as inscrições abertas e serão estendidos gradativamente para outros postos de trabalho até abranger todo o tribunal; 5- solicitou aos participantes da reunião, que incentivem os servidores a se inscreverem no Banco de Talentos, caso haja manifestação de interesse em sair do posto atual; 6- no momento só há postos para assistentes de juízes e desembargadores, servidor que elabora minuta de despacho, secretário de audiência, servidor de Secretaria de Gabinete de Desembargador e Chefe de Gabinete de Desembargador; 7- em parceria com a SECOM, há um plano de comunicação; 8- o Banco de Talentos não pretende capacitar os servidores; 9- após a inscrição do servidor, que pode ser para três postos de trabalho diferentes, há uma fase de autoavaliação de competências e, após, é fornecido um perfil das competências do servidor em relação aos postos de trabalho que ele pretende ir, permitindo, assim, que ele se capacite em instituições privadas ou públicas; 10- na última fase, é feita uma avaliação das competências comportamentais, em que o servidor é submetido a algumas ferramentas da gestão por competência; 11- uma vez classificado no Banco de Talentos, o servidor é submetido ao processo seletivo, em que caberá à Administração priorizar a reposição dos claros de lotação nas unidades; 12- irão buscar no Banco de Talentos os servidores mais bem classificados e convocá-los para um processo seletivo interno, com base nos requisitos estabelecidos pelo dono da vaga; 13- haverá entrevistas e provas técnicas para os mais bem classificados, de acordo com o que o edital determinar; 14- se o servidor for considerado um talento para determinada vaga, ele será movimentado para a vaga, e o buraco que ficar será também ocupado mediante processos seletivo interno.

Outros temas discutidos:

Neste ponto, foram discutidos temas referentes a servidores com dificuldades em adaptação ao trabalho: 1- as justificativas para a incompatibilidade com o trabalho remoto percebidas pela SEDP, durante a pandemia, foram: não ter conhecimento de PJe ou não ter equipamentos disponíveis. Os equipamentos estão sendo fornecidos a medida da necessidade. A Escola Judicial está elaborando cursos voltados a suprir estas dificuldades, que podem ser vistas também como dificuldades de engajamento no processo de aprendizado. Estão envolvidos no projeto a Escola



ATA DE REUNIÃO DE ANÁLISE DA ESTRATÉGIA – GRUPO ESTRATÉGICO

Judicial, uma psicóloga, um instrutor de PJe e a SEDP. Outras discussões no âmbito do servidor com dificuldades de adaptação: necessidade de gestão das gratificações, gestão do dinheiro público, capacitação para gestores, atenção da instituição para o problema, juízes que escolhem seus gestores de forma inadequada, diretores de varas que se recusam a participar de treinamento, necessidade de obrigatoriedade de participação de treinamentos para os servidores gratificados, desmotivação dos servidores, impacto nas metas, políticas para aprimoramento com foco na meritocracia, destinação das FCs e CJs pelos gestores, diretores e secretários, magistrados e desembargadores, necessidade de encontrar soluções, possibilidade de retirar gratificação de servidores que não querem fazer trabalho remoto ou treinamento, mediante determinação superior.

O grupo entendeu que a matéria deve ser encaminhada ao Comitê Gestor Local de Pessoas para que seja feita reunião específica, com alinhamento de partes interessadas.

Projeto Execução Paradigma: O Coordenador do SINGESPA, Juiz Henrique Macedo de Oliveira, conduziu a apresentação resumida das pretensões do projeto, ainda em rito de aprovação formal, mas com trabalhos já em andamento. Esclareceu que: 1- busca a formatação de um fluxograma de trabalho para a fase de execução, chamado de “paradigma”; 2- a intenção é buscar, por meio do diálogo com as varas de trabalho, com vários servidores e magistrados e inclusive com varas de trabalho de outros tribunais, as experiências já concretizadas, para que seja possível identificar o caminho “ótimo” para a fase de execução e produzir os melhores resultados; 3- indicar quais seriam os encaminhamentos necessários dentro do procedimento de execução (dentro dos sistemas informatizados e de estatística) para que se tenha uma projeção positiva dentro dos resultados e expectativas do tribunal; 4- prever sugestões de despachos, ofícios, mandados e práticas que sejam interessantes e que possam ser adotadas dentro da fase de execução; 5- quais, como, e quando utilizar as ferramentas de pesquisa; 6- o trabalho atual é o de conhecer outras experiências dentro e fora do TRT-MG; 7- numa próxima etapa, será feita a validação por uma equipe composta de 3 juízes; 8- por fim, será feita a entrega do projeto e a implantação numa vara piloto; 9- o projeto tem o apoio da Corregedoria e da Vice.

O Secretário de Gestão Estratégica sugeriu dispensar a apresentação do projeto “Execução Paradigma” na próxima reunião do Comitê de Projetos, visto que todos os membros estavam presentes na RAE. A proposta foi aprovada. As dúvidas deverão ser encaminhadas à SEGE e serão respondidas após alinhamento com o Juiz e gerente do projeto, Dr. Henrique Macedo.

O Diretor da DTIC, Gilberto Atman, registrou a experiência de um grupo de magistrados do TRT3, do TR5 e do TRT15, na definição do fluxo básico de execução para implementação no PJe. À época o CSJT cancelou o projeto. Atentou para importância de alinhamento do projeto com a possibilidade de implementação no PJe. O gerente do projeto, Dr. Henrique Macedo, esclareceu que já tinha conhecimento deste assunto, já que há membros na equipe que trabalharam no projeto citado. Informou que há membros na equipe que atuam na Secretaria do PJe, e que está sendo considerado o conhecimento acumulado com esta experiência para executar o projeto atual. A expectativa é fazer um fluxo que seja de possível adaptação, de acordo com as modificações que venham a ser realizadas futuramente no PJe.

Neste ponto, a Corregedora fez referência ao **Projeto Estratégico Conciliação Pré Audiência Inicial**, implantado em 13 Varas. Disse ter interesse na retomada do projeto. O Secretário da SEGE esclareceu alguns pontos técnicos da iniciativa e exaltou os papéis da VT de Ubá e da SEAJ na



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 3ª REGIÃO
Secretaria de Gestão Estratégica
Seção de Planejamento e Estatística

ATA DE REUNIÃO DE ANÁLISE DA ESTRATÉGIA – GRUPO ESTRATÉGICO

garantia da disseminação da prática veiculada pelo projeto. Além disso, a Vice-Corregedora lembrou da premiação do projeto pela Corregedoria e sugeriu que fosse estimulada a conexão com outras iniciativas na área, fundamentalmente as entabuladas pelo Dr. Antônio Gomes. A SEAJ colocou-se à disposição para a retomada do projeto. O projeto não foi encerrado, e atualmente não há novas entregas programadas (funciona por adesão das Varas). Contudo, não há nada que impeça uma nova captação de interessados. Houve sugestão de que se faça a captação nas Correições e que a SEGE dê o encaminhamento. Ponderou-se que o custo pode ser reduzido drasticamente pela emergência das ferramentas de teletrabalho, o que pode alavancar mais implantações. **A SEGE fica incumbida de organizar reunião para a retomada da iniciativa.**

Deliberações da reunião anterior:

Deliberação	Status
1. Propor o ODS que será utilizado na composição da Meta 9 do CNJ. Iniciar o planejamento do plano de ação.	Realizado. Plano de ação remetido ao CNJ e já em execução.
2. Formatar plano de ação para compor a Meta 10 do CNJ.	Realizado. Plano de ação já em execução.
3. Mobilizar coordenação do Programa de Combate ao Trabalho Infantil e Estímulo à Aprendizagem em Minas Gerais e formatar plano de ação para compor a Meta 11 do CNJ.	Realizado. Plano de ação já em execução.
4. Compatibilizar o calendário das próximas RAEs com o calendário de correições.	Realizado.
5. Validar na CGE decisão de cancelamento do grupo de trabalho de análise da viabilidade de execução do relatório legado pelo PROJ15029 (Implantação do Centro de Documentação e Pesquisa do TRT3).	Realizado. Matéria encaminhada para referendo do Tribunal Pleno. Pedido de vista da Exma. Desembargadora Camilla Guimarães Pereira Zeidler. Atualmente para novo parecer da SEGE.

Considerações finais: A Vice-Corregedora agradeceu o assessoramento do Secretário de Gestão Estratégica, Bruno Pereira Boaventura Torrozo, da Assessora da Vice-Corregedoria Regional, Keila Andrade Alves Rubiano, e da Secretária de Apoio Judiciário, Denise Maria Reis Grego, nos trabalhos de Gestão de Metas Nacionais. O Secretário de Gestão Estratégica encerrou a reunião, agradecendo a participação de todos, em especial a presença das Desembargadoras Corregedora e Vice-Corregedora, bem como da Juíza Diretora do Foro de Belo Horizonte.



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 3ª REGIÃO
Secretaria de Gestão Estratégica
Seção de Planejamento e Estatística

ATA DE REUNIÃO DE ANÁLISE DA ESTRATÉGIA – GRUPO ESTRATÉGICO

PLANO DE AÇÃO

O QUE?	QUEM?	ATÉ QUANDO?
Verificar possibilidade de liberação das notificações postais com Aviso de Recebimento (AR) , pelo Presidente do TRT-MG, considerando possíveis impactos no cumprimento de metas.	Diretora-Geral	De imediato
Encaminhar manifestação ao Grupo Estratégico, por meio do e-mail da SEGE, sobre as possibilidades de atingimento da meta do indicador 34A - percentual de servidores gestores capacitados em competências gerenciais em 2020.	Escola Judicial	Em 10 dias
Encaminhar informação sobre a quantidade de inscritos no Projeto Banco de Talentos à Vice-Corregedoria e, ao final das etapas, o nome das pessoas selecionadas e os respectivos postos de trabalho.	Diretoria de Gestão de Pessoas	Imediatamente após a disponibilidade da informação
Apresentar SPE do Programa “Otimização administrativa com foco em sistemas informatizados” ou apresentar parecer quanto a necessidade de abertura da iniciativa.	Diretoria de Administração	Em 30 dias
Alinhar com DADM e SEDOC a questão da unificação das gerências do PROJ18038 e da implantação do PROAD.	EPRGOV	Em 30 dias
Informar o Comitê Gestor Local de Pessoas sobre matéria discutida na RAE que trata da gestão de gratificações, políticas para aprimoramento com foco na meritocracia, obrigatoriedade de treinamentos a servidores gratificados e outros, para que sejam promovidos debates com as partes interessadas, bem com encaminhadas ações estratégicas.	SEDP	De imediato
Organizar reunião para a retomada do Projeto Estratégico Conciliação pré-audiência inicial, com participação da equipe do projeto, Corregedoria, Vice-Corregedoria e SEAJ.	EPRGOV	Em 30 dias



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 3ª REGIÃO
Secretaria de Gestão Estratégica
Seção de Planejamento e Estatística

ATA DE REUNIÃO DE ANÁLISE DA ESTRATÉGIA – GRUPO ESTRATÉGICO

MEMBROS DO GRUPO ESTRATÉGICO	PRESENÇA
Diretoria Geral - Sandra Pimentel Mendes	Presente
Diretoria Judiciária - Telma Lucia Bretz Pereira	Presente
Secretaria Geral da Presidência - Ludmila Pinto da Silva	Ausente
Diretoria de Administração - Carlos Athayde Valadares Viegas	Ausente
Diretoria de Gestão de Pessoas - Flavia Dantes Macedo Neves	Presente
Diretoria de Orçamento e Finanças – Marília Souza Diniz Alves	Presente
Diretoria de Tec. da Informação e Comunicações - Gilberto Atman Picardi Faria	Presente
Assessoria da Corregedoria Regional - Terezinha Lisieux Dos Santos Nunes Meira	Presente
Assessoria da Vice-Corregedoria Regional - Keila Andrade Alves Rubiano	Presente
Secretaria da Escola Judicial - Fernando Brescia dos Reis	Ausente
Secretaria de Apoio Judiciário - Denise Maria Reis Grego	Presente
Secretaria de Comunicação Social - Adriana Spinelli	Presente
Secretaria de Gestão Estratégica - Bruno Pereira Boaventura Torrozo	Presente
Secretaria de PJe, e-Gestão e Tabelas Unificadas - Ana Helena Duarte Timponi	Presente
Comissão Auxiliar da Diretoria do Foro de BH – Gustavo Novais Bondan	Presente
Secretaria de Controle Interno - Antônio Claudio Dos Santos Rosa	Presente

OUTROS PARTICIPANTES
Corregedora Regional - Exma. Desembargadora Ana Maria Amorim Rebouças
Vice-Corregedora Regional - Exma. Desembargadora Maristela Íris da Silva Malheiros
Diretora do Foro de BH - Juíza Luciana Alves Viotti
Coordenador do SINGESPA – Juiz Henrique Macedo de Oliveira
Secretaria da Corregedoria e da Vice-Corregedoria – Mozart Secundino de Oliveira Junior
Diretoria de Administração - Ana Elisa Ribeiro Ramim
Diretoria de Gestão de Pessoas – Sheyla de Campos Mendes
Secretaria de Desenvolvimento de Pessoas – Salomão da Cruz Ferreira Lima de Carvalho Pimenta
Secretaria de Desenvolvimento de Pessoas – Henrique Fagundes Carvalho
Secretaria da Escola Judicial - Raquel Rodrigues Costa
Secretaria de Gestão Estratégica - Victor Aubin Verzani Souza
Secretaria de Gestão Estratégica - Juliana Aparecida Ribeiro
Secretaria de Gestão Estratégica - Igor Daniel Costa Jones



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 3ª REGIÃO
Secretaria de Gestão Estratégica
Seção de Planejamento e Estatística

ATA DE REUNIÃO DE ANÁLISE DA ESTRATÉGIA – GRUPO ESTRATÉGICO

Secretaria de Gestão Estratégica - Ludmila Azalim Rodrigues da Costa

Secretaria de Controle Interno - Hítalo Fernandes Mine Diniz

Secretaria de Controle Interno – Olavo de Oliveira Dantas

Secretaria da Secretaria de Controle Interno - Juliano Andrade Maria

Secretaria de Controle Interno - Glauca de Cassia Franco

Secretaria de Controle Interno - Walter Batista Maia